

Portaria nº 231-P, de 8 de agosto de 1988

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF¹, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 25, item IX, do Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 229, publicada no “Diário Oficial” da União, de 7 de maio de 1975, considerando a necessidade de disciplinar o emprego do fogo em práticas agropastoris consoante o disposto no parágrafo único, do artigo 27, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal)², resolve:

Art. 1º. Compete ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF e/ou entidades por ele nomeadas, emitir autorização para o uso de fogo sob forma de queima controlada.

Art. 2º. O requerimento para permissão de uso do fogo, sob forma de queima controlada, deverá ser encaminhado às unidades do IBDF ou entidades conveniadas, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante preenchimento e entrega do aviso de queima controlada e recebimento do respectivo comprovante, conforme Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. A vigência da permissão do uso de queima controlada será de, no máximo, 30 (trinta) dias.

Art. 3º. Para preparação do terreno para plantio, exploração de canaviais, manejo de pastagens, através de queima controlada, devem ser adotadas as seguintes normas e precauções:

- conhecimento da periculosidade, potencial de uso do fogo e do meio onde será aplicado;
- definição de técnica e objetivos da queima;
- escolha da estação do ano e horário mais adequados;
- planejamento cuidadoso da operação, incluindo equipamentos adequados, mão-de-obra treinada e medidas de segurança ambiental;

¹ O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989 foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — Ibama, criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 com alterações das Leis nºs 7.804, de 18 de julho de 1989 e 8.028, de 12 de abril de 1990

² Vide Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, pág 60, neste Tema.

- deitamento da vegetação, especialmente das canas com altura superior a 1m (um metro), localizada sob linhas de transmissão de energia elétrica;

- construção, por conta do interessado, de aceiros com:

- a) 4m (quatro metros), no mínimo, sob as linhas de transmissão de energia elétrica ao longo da faixa de servidão;

- b) 2m (dois metros), no mínimo, para os demais casos, considerados as condições ambientais, topográficas, climáticas e o material combustível.

- colocação de vigilantes, devidamente equipados, ao redor da área;

- avisar aos confinantes ou confrontantes da área, onde se dará a queima controlada, com prazo de 3 (três) dias de antecedência, informando sobre o local, dia e hora do início da queima controlada;

- manter o comprovante de permissão de queima controlada no local de realização;

- adoção de medidas de proteção à fauna;

- não realizar a queima controlada nos dias de muito vento ou de temperatura elevada;

- manter distância mínima adequada à segurança de residências ou similares.

Art. 4º. É vedada a queima pura e simples de material lenhoso à guisa de limpeza da área.

Art. 5º. A suspensão da permissão de queima controlada poderá ser feita pela autoridade florestal da área, nos seguintes casos:

- condições de segurança de vida, ambientais ou meteorológicas desfavoráveis;

- interesse, segurança pública e social;

- descumprimento desta resolução;

- descumprimento ao Código Florestal e demais normas e leis ambientais;

- ilegalidade ou ilegitimidade do ato;

- determinação judicial constante de sentença, alvará ou mandado.

Art. 6º. No caso de incêndios rurais, que não se possam extinguir com recursos ordinários, compete não só ao servidor florestal, como a qualquer autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar as pessoas em condições de prestar auxílio.

Art. 7º. Obriga-se o responsável à reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente, ao patrimônio e ao ser humano, pelo uso indevido do fogo, devendo apresentar ao órgão florestal, para aprovação, em até 30 (trinta) dias, a partir da data da autuação, projeto de reparação ambiental para a área afetada, sem prejuízo das penalidades administrativas aplicáveis.

Art. 8º. Se peculiaridades regionais exigirem, as Delegacias Estaduais poderão adotar medidas complementares, após ouvida a Administração Central.

Art. 9º. As penalidades incidirão sobre os autores, ou quem, de qualquer modo, concorra para sua prática, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

José Carlos Carvalho
Presidente

(DOU de 16.08.88)

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA		TERMO DE RESPONSABILIDADE E PERMISSÃO PARA QUEIMA CONTROLADA		NÚMERO:
				ORIGEM: DE/

1	IDENTIFICAÇÃO DA PROPRIEDADE	NOME: PROPRIETÁRIO OU SUBSTITUTO (LEGAL)	C.P.F./C.G.C
		NOME E ENDEREÇO DA PROPRIEDADE:	MUNICÍPIO/ESTADO
		ENDEREÇO DO PROPRIETÁRIO OU SUBSTITUTO LEGAL:	INCRA Nº

SOLICITA PERMISSÃO AO IBAMA PARA USO DE FOGO EM FORMA DE QUEIMA CONTROLADA NA PROPRIEDADE INDICADA, CONFORME INDICADO ABAIXO.			
2	QUEIMA AGRÍCOLA	QUEIMA FLORESTAL	QUEIMA NÃO CLASSIFICADA
MARQUE COM UM X O TIPO 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/>		MARQUE COM UM X O TIPO 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/>	
ESPECIFIQUE: INDIQUE A SUPERFÍCIE (ha) 1. RESTOS DE CULTURA _____ ha 2. QUEIMA DE CANA _____ ha 3. PASTOS _____ ha 4. OUTROS-ESPECIFIQUE _____ ha		INDIQUE A SUPERFÍCIE (ha) 1. RESTOS DE EXPLORAÇÃO _____ ha 2. ESPÉCIES PREJUDICIAIS _____ ha 3. MANUTENÇÃO DE CORTA FOGO (ACEIRO) _____ ha	
SUPERFÍCIE TOTAL DE QUEIMA CONTROLADA (ha) _____ ha			
3 PARA USO DO IBAMA QUEIMA CONTROLADA PERMITIDA PARA ____/____/____ DATA			ASSINATURA E CARIMBO DA AUTORIDADE: ____/____/____ DATA
4 ITENS QUE DEVERÃO SER OBSERVADOS			
- Avise seus vizinhos com três dias úteis de antecedência sobre o local, dia e hora previstos para o início da queima. - Deverá ser feito um aceiro do redor da área a ser queimada com largura mínima de dois metros. - Ao longo do aceiro deverá haver pelo menos um vigilante para cada duzentos metros. - O comprovante de aviso de Queima Controlada deverá ficar no local de realização da queima. - Fica expressamente proibido o uso de fogo em áreas de Reserva Ecológica, Preservação Permanente, Parques Florestais e Reservas Equivalentes. - Os infratores estão sujeitos às penas cominadas no artigo 26, letra e da Lei Federal nº 4.771 de 15 setembro de 1965 e da portaria 267 de 05.09.88. - Código Florestal - Prisão simples de três meses a um ano ou multa de 1 a 100 vezes ou maior valor de Referência ou ambas as penalidades cumulativamente, e artigo 14, da Lei Federal nº 6.938 de 31.08.1981. - Os danos causados a terceiros correrão por conta do proprietário da área onde teve início o fogo. - O Ibama suspenderá a realização da Queima Controlada se as condições meteorológicas ou ambientais forem desfavoráveis. - O representante do Ibama ou (Órgão Conveniado) poderá comparecer no dia e hora da realização da queima.			

5 O requerente declara que todos os dados acima são verdadeiros e se compromete a cumprir as disposições estabelecidas na legislação e no presente documento, responsabilizando-se por danos causados ao meio Ambiente e a terceiros, sob as penas da lei.

ASSINATURA DO REQUERENTE

MUNICÍPIO E DATA

6 LEGISLAÇÃO BÁSICA SOBRE USO DE FOGO

1- Lei Federal nº 4.771 de 15.09.1965:

Artigo 27 - É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação

Parágrafo único: se peculiaridades locais ou regionais justificarem o emprego do fogo em práticas agropastoris ou florestais a permissão será estabelecida em ato do poder público, circunscrevendo as áreas e estabelecendo as normas de precaução.

2- Lei Federal nº 6.938 de 31.08.81³

Artigo 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e a proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.

Artigo 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores:

I - a multa simples ou diária, nos valores correspondentes, no mínimo a (10) dez e, no máximo de 1.000 (mil) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — ORTN⁴, agravada em casos de reincidência específica, conforme dispuser o regulamento, vedada a sua cobrança pela União se já tiver sido aplicada pelo Estado, Distrito Federal, Territórios ou pelos Municípios;

II - a falta ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público.

III - a perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito.

IV - a suspensão de sua atividade.

3- CÓDIGO PENAL BRASILEIRO DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA CAPÍTULO I: DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio

Artigo 250 - Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem.

pena - reclusão de três a seis anos e multa.

Aumento de pena § 1º - As penas aumentam de um terço:

a) em lavoura, pastagem, mata ou floresta.

Incêndio culposo § 2º - Se culposo o incêndio, a pena é de detenção, de seis meses a dois anos.

7 CROQUIS DA PROPRIEDADE (INDIQUE TAMBÉM OS VIZINHOS)

³ Vide Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Tema 9: "Proteção ao Meio Ambiente", pág. 1098.

⁴ A Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional — ORTN passou a denominar-se, Obrigação do Tesouro Nacional — OTN, por força do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986.

• A Obrigação do Tesouro Nacional — OTN foi extinta pela Lei nº 7.730, de 31 de janeiro de 1989.

• O Maior Valor de Referência — MVR foi extinto pela Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991

• As multas aplicadas pelo Ibama estão expressas em Reais (R\$), conforme Tabela de Preços.